

Quando as Mulheres São Bem Votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010

Cuando las Mujeres Son Bien Votadas: el caso de las diputadas federales en RS/ 2010

When Women are Expressively Voted: the case of the federal female deputies who were elected in the State of Rio Grande do Sul, southern Brazil, in 2010

Maria Lúcia Moritz

Rosangela Schulz

Resumo: neste artigo, compara-se a *performance* das candidaturas à deputação federal no Rio Grande do Sul numa perspectiva de gênero, consoante resultado das eleições de 2010. Neste sentido, apresenta-se um panorama da disputa eleitoral no estado, traçando-se um comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas exitosas ao referido parlamento e concluindo-se que as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades eletivas no Legislativo, inexistindo isonomia na disputa entre os gêneros. Desse modo, espera-se contribuir para as discussões sobre a sub-representação política feminina.

Palavras-chave: mulheres, candidaturas, deputação, gênero, sub-representação.

Resumen: en este artículo, se compara el rendimiento de las candidaturas a la Diputación Federal del Río Grande del Sur desde una perspectiva de género a través de los resultados de las elecciones de 2010. En este sentido, se presenta un resumen de la disputa electoral en el Estado, traza una comparación entre las candidaturas femeninas y las masculinas que tuvieron éxito al Parlamento Federal y concluye que las mujeres todavía enfrentan muchas dificultades en la legislatura, no existiendo isonomía electivas en disputa entre los géneros. De ese modo, se espera contribuir para las discusiones sobre la sub-representación política femenina.

Palabras clave: mujeres, nominaciones, diputación, género, sub-representación.

Abstract: this paper examines the results of the 2010 elections for the federal chamber of deputies held in the State of Rio Grande do Sul, Southern Brazil, from the gender perspective. To this end, it brings an overview of the electoral dispute in the state and draws a comparison between the successful candidacies of both men and women. The comparison revealed that women still face lots of electoral difficulties and that gender parity does not exist. It is expected that the paper contributes to the discussion of women's political under-representation.

Keywords: women, candidacy, deputy, gender, under-representation.

Maria Lúcia Moritz é Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política/ UFRGS. Doutora em Ciência Política (UFRGS). **E-mail:** marialuciamor@ig.com.br
Rosangela Schulz é Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Política/ UFPel. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Ciência Política/UFPel. Doutora em Ciência Política (UFRGS). **E-mail:** rosangelashulz@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

Nas últimas décadas, a temática sobre gênero e política tem suscitado muitas investigações e produzido uma vasta literatura, entre elas a que trata sobre a presença feminina no campo político eleitoral. No Brasil, o debate acadêmico aponta para ao menos três grandes eixos de difícil separação: a atuação do movimento feminista e dos

¹ Os dados apresentados e analisados no presente trabalho fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “Eleições 2010 e o desempenho das candidatas mulheres no Rio Grande do Sul: ser mulher importa?”, financiado pelo CNPq e sob a coordenação da Profa. Dra. Céli Regina Pinto/UFRGS.

movimentos de mulheres relacionando-os com o campo político (ALVES, 1980; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992; GODINHO, 1998; TELLES, 1999; PINTO, 2003, 2010; HIRATA, 2009); as políticas de ação afirmativa investigando suas possibilidades, efetividade e limites (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2001, 2009a, 2009b; MORITZ e SCHULZ, 2010); e por fim, os estudos que buscam explicações para a sub-representação feminina que persiste

após a lei de cotas (AVELAR, 2001; MIGUEL, 2001; TABAK, 2002; ARAÚJO, 2005, 2006; ÁLVARES, 2008; PINTO e MORITZ, 2009; MIGUEL E BIROLI, 2010).

O presente artigo se insere no terceiro grande eixo e busca contribuir para o debate sobre a limitada presença das mulheres, tanto como candidatas como representantes eleitas, tomando como referência os resultados das eleições legislativas de 2010, no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A pesquisa a seguir apresentada investiga as candidaturas das mulheres ao cargo de deputada federal, traçando um quadro comparativo com os candidatos masculinos.

Ao discutir a tímida presença feminina, Araújo (2005) centra o debate, no primeiro momento, no sistema partidário. Nas palavras da autora,

Em outros termos, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos

cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãos e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos –; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário (ARAÚJO, 2005, p. 193/4).

Posteriormente ao retomar a discussão, a autora identifica na literatura um conjunto de fatores que influenciam as mulheres sob o ponto de vista da chance e da decisão de se candidatarem. Os três principais fatores apresentados e com diferenciados graus de influência são: socioeconômicos, culturais e políticos.

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os sócio-econômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008, p.79). Não há, contudo, consenso sobre o peso de cada um deles na definição das disposições e das chances das mulheres para concorrer e se eleger a um cargo legislativo (ARAÚJO, 2009, p. 25).

Miguel e Biroli (2010) participam do debate mapeando as principais vertentes explicativas da sub-representação política das mulheres. Seu ponto de partida é o problema da convivência entre universalidade, igualdade e exclusão, cujas vertentes são: a) o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, embasado na literatura de Carole Pateman; b) os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres; c) os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e bem menos tempo livre do que os homens (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 655/6).

A literatura evidencia alguns consensos na explicação da sub-representação feminina que estão ligados à influência de fatores de ordem cultural, econômica e política (institucional). Estes fatores afetam – de formas diferentes - as mulheres, desde o momento inicial da carreira política até à consolidação desta carreira quando alcançam sucesso eleitoral e tornam-se representantes eleitas.

Em relação aos constrangimentos estruturais, os autores defendem que para participar da política e disputar cargos são necessários três tipos de recursos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. As candidaturas femininas podem ser afetadas pela falta de um ou mais destes recursos, mas ainda faltam estudos comparativos que avaliem o seu impacto no desempenho final das candidatas.

Estudos eleitorais já realizados mostram que os recursos financeiros para a campanha e a rede de contatos são fundamentais para todos que ingressam na carreira política, com as mulheres não é diferente. Em relação ao financiamento de campanha, os autores enfatizam que “dada a excepcionalidade da presença feminina na política é de se supor que a receptividade inicial a candidatas mulheres no levantamento de fundos seja menor” (p. 669). No entanto, afirmam que os dados oficiais no Brasil mostram um quadro diferente:

[...] No Brasil, os dados oficiais mostram gastos de campanha similares para homens e mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006, com elas, em média, despendendo 3% a mais do que eles. No caso das assembleias estaduais, na mesma eleição, elas gastam 35% a menos, em média, em suas campanhas (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 669).

Considerando os dados apresentados pelos autores, pode-se inferir que as mulheres que conseguem se eleger, em geral, não têm dificuldade em arrecadar verba para suas campanhas. Entretanto, quando disputam cargos que estão no topo da carreira política (deputação federal) elas precisam gastar mais do que os homens, mesmo que a diferença entre os dois grupos seja pequena. Já na disputa para o Legislativo estadual, as mulheres gastam quase 1/3 menos do que os homens. A razão para isso

talvez seja porque no plano estadual elas já são conhecidas do eleitorado, o que demanda menos investimento. Por exemplo, estão buscando reeleição ou têm o nome associado à herança política familiar.

Quanto às redes de contatos, estudos que tratam de candidaturas femininas focam na importância das redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos e mostram que no Brasil o capital familiar “foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 668). Porém, como bem ressaltam os autores, a ausência de estudos comparativos não permite avaliar o quanto o fenômeno é uma especificidade feminina.

O terceiro recurso – tempo livre – embora fundamental na discussão sobre sub-representação feminina, não será abordado no momento, pois necessita de informações que a pesquisa em pauta não contemplou. Porém, o tópico tempo não está completamente ausente; está representado por meio da investigação do espaço dos candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado na televisão no horário noturno.

O sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens quanto para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: a rede de contatos ou trajetória; a visibilidade e os recursos econômicos disponíveis, que juntos compõem em muito o capital político acumulado, ao longo da carreira política.

Neste sentido e conforme mencionado, este artigo pretende contribuir para a discussão sobre a presença feminina na esfera política eleitoral comparando as campanhas dos candidatos de ambos os sexos ao cargo de deputado federal do RS, com base na análise de três recursos: econômico (despesas oficiais), visibilidade (exposição no HPGE) e trajetória política (origem do capital político e/ou redes de contatos).

Partimos de duas hipóteses: a primeira é que as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero; e a segunda hipótese é que as candidatas à deputação federal que alcançaram expressiva votação (mais de 100 mil votos) possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas. Nossa linha de investigação

nos leva ao outro ponto observado por Miguel e Biroli, relacionado ao debate sobre ambição política das mulheres. Segundo os autores,

[...] alguns estudos mostram que mulheres que se envolvem em política comunitária, como as que se elegem para os conselhos escolares nos Estados Unidos, possuem motivações diferentes daquelas dos homens e, portanto, um comportamento mais distante do “progressivamente ambicioso” padrão. Legisladoras estaduais mostram-se divididas entre a dinâmica progressiva da carreira e os imperativos familiares. Já aquelas que alcançam cargos mais elevados, chegando ao Congresso, tendem a se aproximar do modelo masculino. Ao que parece, há uma relação de circularidade entre o progresso na carreira e a adesão ao padrão dominante, masculino, de ambição política (2010, p. 664).

O artigo está dividido em duas seções: a primeira parte apresenta um panorama da disputa eleitoral das candidatas à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul; a segunda evidencia um quadro comparativo entre as candidaturas femininas e masculinas bem sucedidas em termos de voto para o cargo de deputado federal. Por fim, algumas notas conclusivas.

1. O Panorama Eleitoral Legislativo no Rio Grande do Sul

² Importante destacar o crescimento no número de candidaturas femininas no RS. O índice de candidatas mulheres ao cargo de deputada federal foi de 11,83% nas eleições de 2006 passando a 23,16% em 2010. No caso da Assembléia Legislativa, não é diferente: foram 13,8% no pleito de 2006 e em 2010 esse índice aumentou para 24,4% de mulheres candidatas. Fonte: TRE/RS.

³ Aliás, a ausência de punição pelo descumprimento da lei de cotas tem sido um dos temas presentes na literatura que debate a ausência de efetividade da lei (ARAÚJO, 2005, 2009).

Nas eleições de 2010, mais de 200 mulheres apresentaram-se para a disputa aos cargos majoritário e proporcional no RS. Em que pese ter havido aumento nas candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa, comparado ao pleito de 2006, as mulheres não atingiram a cota mínima de 30% exigida por lei². Apesar da previsão de punição aos partidos que descumprem o dispositivo legal, novidade introduzida em 2009, ela não surtiu efeito na prática³. O não cumprimento da legislação é o mesmo cenário encontrado em nível nacional.

**Tabela 1: Resultado Eleições Legislativas 2010/RS:
Vagas x Candidatas x Eleitas**

	Vagas	Candidatas	Mulheres Eleitas	
	N	N	N	%
Senado	2	3	1	50%
Assembleia Legislativa	55	133	8	14,5%
Câmara dos Deputados	31	63	2	6,5%

Fontes: CLIC RBS (www.clibrbs.com.br/especial/rs/eleicoes/); TRE/RS (www.tre.gov.br)

Entre as eleitas, em as ambas as Casas Legislativas, é necessário chamar a atenção para o desempenho nas urnas de algumas candidatas. Tanto na Câmara quanto na Assembleia, as mulheres foram as campeãs de voto. Manuela D'Ávila, deputada federal reeleita pelo PCdoB, obteve uma das maiores votações do país em termos proporcionais. E Silvana Covatti, reeleita pelo PP, foi a candidata mais votada para a Assembléia Legislativa⁴. Também chama a atenção que em ambos os Legislativos foi grande a ocorrência de reeleição das mulheres: na Assembleia seis candidatas foram reconduzidas, das oito mulheres eleitas, e na Câmara de Deputados, as duas eleitas, Manuela D'Ávila e Maria do Rosário, já eram detentoras de mandatos.

Estes dados demonstram que a renovação das mulheres é bastante baixa no Rio Grande do Sul, se compararmos com os dados gerais: para a Assembleia Legislativa, o índice de renovação chega a 40%; para a Câmara de Deputados, 35,5%. Entre os homens, o quadro é distinto: dos 29 eleitos para deputados federais, apenas 13 conquistaram novo mandato; os demais 16 eleitos eram estreatantes no legislativo federal. Os números referentes às mulheres podem indicar duas realidades bastante diversas: poucas lideranças femininas emergentes capazes de angariar votos ou deputadas atuantes que justificariam a alta taxa de reeleição.

⁴ A carreira política de Silvana sempre esteve associada ao seu marido Vilson Covatti, reeleito deputado federal em 2010. Antes de chegar à Câmara Federal, exerceu diversos mandatos como deputado estadual na Assembleia Gaúcha. Nas eleições de 2006, quando concorreu pela primeira vez à Câmara, lançou sua esposa para deputada estadual e desde então o casal concorre em “dobradinha” e em ambas as eleições eles foram bem sucedidos.

Considerando o desempenho nas urnas do grupo de eleitos, é possível traçar um comparativo entre homens e mulheres. Os dados da Tabela 2 permitem visualizar a posição de ambos os sexos quanto à votação geral, independente de terem sido eleitos ou não.

**Tabela 2. Eleições 2010: Votação x Gênero -
Câmara de Deputados/RS**

Faixa de votação	Mulheres	Homens		
	N	%	N	%
+ de 100.000 votos	3	4,8%	16	7,7%
20.000 a 99.999 votos	2	3,2%	37	17,7%
10.000 a 19.999 votos	1	1,6%	12	5,7%
5.000 a 9.999 votos	1	1,6%	19	9,1%
1.000 a 4.999 votos	13	20,6%	53	25,4%
Até 999 votos	43	68,2%	72	34,4%
Total	63	100%	209	100%

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Alguns aspectos chamam a atenção, especialmente a base e o topo da pirâmide de votação. Em relação à base, constata-se que a grande maioria do/as candidato/as não atingiu 1000 votos, entretanto, nesta faixa as mulheres são quase o dobro dos homens. A baixa votação de 43 candidatas, em um universo de 63, permite inferir sobre a efetiva dificuldade enfrentada pelas mulheres que se lançam em campanhas eleitorais, bem como, pode-se constatar que um número expressivo de candidaturas femininas figura nas listas partidárias somente para ajudar seus partidos no cumprimento das cotas. No outro extremo, no topo da votação, percebe-se que os homens são maioria, mas seu desempenho é muito próximo daquele obtido pelas mulheres, 7,7% e 4,8%, respectivamente.

O quadro geral sobre o desempenho das candidaturas femininas nas eleições proporcionais no Rio Grande do Sul ratifica as posições comentadas no início desta seção. O número de candidatas aumentou sem

que houvesse acréscimo no número de deputadas federais eleitas. Porém, um aspecto chama atenção: entre as mulheres que foram eleitas, há campeãs de votos, tanto no plano estadual quanto federal. O que sugere que não há resistência por parte dos eleitores em votar em mulheres, portanto, as resistências parecem estar em outras áreas. A literatura especializada, como vimos, tem acentuado a estrutura político eleitoral do país como um obstáculo a ser enfrentado pelas candidaturas femininas (ARAUJO, 2001, 2005, 2009).

2. Candidaturas bem Sucedidas à Deputação Federal do RS

Tendo em vista o elevado número de candidaturas (272)⁵ ao cargo de deputado federal no RS, optamos por um recorte analítico cujo foco é os/as candidatos/as que obtiveram 100 mil votos ou mais, nas urnas. Assim, cumprimos o objetivo de analisar as candidaturas bem sucedidas em termos de voto. Com base neste critério, chegamos a uma amostra composta de três mulheres e 16 homens. Para compreender quem são este/as candidato/as e o seu sucesso nas urnas, consideramos: os dados constantes na ficha de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS; a prestação de contas apresentada ao TRE/RS; o número de inserções e o tempo de exposição no HGPE e as informações constantes nos *sites* pessoais dos candidato/as e no *site* da Câmara dos Deputados.

⁵ Das 272 candidaturas em questão, 209 eram homens e 63 mulheres.

Conforme mencionado na introdução, o sucesso ou insucesso em uma campanha eleitoral, tanto para homens quanto para mulheres, depende de muitas variáveis, com destaque para: redes de contatos ou trajetória política, visibilidade e recursos econômicos/financiamento de campanha. A Tabela 3 apresenta os 19 candidatos selecionados para a análise, com a votação e o resultado eleitoral.

**Tabela 3: Resultado Eleições Legislativas 2010/RS:
candidatos/as X votos X desempenho eleitoral**

Candidatos	Total de Votos	Resultado eleitoral
1. Manuela D'Ávila (PCdoB)	482.590	Eleita
2. Beto Albuquerque (PSB)	200.476	Eleito
3. Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	Eleito
4. Danrlei De Deus Goleiro (PSD)	173.787	Eleito
5. Paulo Pimenta (PT)	153.072	Eleito
6. Maria do Rosário (PT)	143.128	Eleita
7. Henrique Fontana (PT)	131.510	Eleito
8. Osmar Terra (PMDB)	130.669	Eleito
9. Luciana Genro (PSOL)	129.501	N/Eleita
10. Vilson Covatti (PP)	125.051	Eleito
11. Marco Maia (PT)	122.134	Eleito
12. Pepe Vargas (PT)	120.707	Eleito
13. Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	Eleito
14. Giovanni Cherini (PDT)	111.373	Eleito
15. Jose Otavio Germano (PP)	110.788	Eleito
16. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	Eleito
17. Renato Molling (PP)	104.175	Eleito
18. Dionilso Marcon (PT)	100.553	Eleito
19. Ronaldo Zulke (PT)	100.082	Eleito

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Embora somente três mulheres tenham alcançado votação acima de 100 mil votos, elas estão entre as dez maiores votações, ultrapassando tradicionais políticos gaúchos.

Para elaborar a trajetória política dos candidato/as selecionado/as para análise, tentando observar as redes de contato que possibilitam a construção do capital político e conseqüentemente a carreira bem sucedida, optamos por traçar o perfil sociodemográfico do grupo, mediante um conjunto de variáveis: idade, escolaridade e profissão. Complementando

estes dados, na sequência apresentamos uma breve biografia política de cada um dos candidato/as buscando detectar: tipos de capital que possibilitaram a carreira, filiação partidária, mandatos etc.

Os candidatos ao cargo de deputado federal concentram-se na faixa entre 45 e 59 anos, enquanto que as mulheres majoritariamente estão entre 25 e 44 anos (ANEXO 1). Esta diferença entre os dois gêneros é decorrência do fato de a maioria dos homens estar há mais tempo no cargo de deputados federais do que as mulheres eleitas.

A variável escolaridade é a que mais chama a atenção, pois a maioria dos candidato/as frequentou a Universidade, mesmo que não a tenha concluído (87,6% dos homens e 100% das mulheres) (ANEXO 2). Entre a amostra de 19 postulantes ao cargo de deputado federal, apenas dois não completaram a educação básica. Os dados do RS não diferem do quadro nacional, o que demonstra o quanto a representação política brasileira é elitizada (ALVES; PINTO; JORDÃO, 2012). Também entre as profissões, encontramos uma concentração: advogados, médicos e professora/as são as mais frequentes entre este grupo. Sendo que duas das mulheres estão vinculadas à educação (ANEXO 3).

Em relação à trajetória política, constatamos que as três candidatas com expressiva votação, apesar de jovens, possuem significativo capital político: Manuela D'Avila, Maria do Rosário e Luciana Genro têm longa carreira política e disputavam a reeleição. Outro ponto em comum entre elas é que as três haviam sido candidatas à Prefeita de Porto Alegre nas eleições municipais de 2008⁶.

Manuela já se transformou em um fenômeno eleitoral. Com 482.590 votos, foi a candidata mais votada entre todos os candidatos ao cargo de deputado federal no RS. Ela iniciou sua militância no movimento estudantil universitário que marcou sua carreira política

⁶ No total foram 8 candidatos à Prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2008. Quatro candidatas mulheres: Maria do Rosário (PT), Manuela D'Avila (PCdoB), Luciana Genro (PSol) e Vera Guasso (PSTU). Os demais candidatos foram José Fogaça (PMDB), Onyx Lorenzoni (DEM), Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e Carlos Gomes (PHS).

focada especialmente nos jovens. Em 2004, foi eleita vereadora da capital pelo PCdoB e, em 2006, foi eleita deputada federal com expressiva votação, o que possibilitou sua candidatura à Prefeitura de Porto Alegre dois anos depois. Sua campanha ao Executivo Municipal alcançou tal sucesso que

⁷ Somente a totalização dos votos dissipou a incerteza de quem disputaria o segundo turno com José Fogaça que obteve 39,9% da preferência eleitoral. A candidata petista obteve quase 21% dos votos contra 13,95% de Manuela (PINTO e MORITZ, 2009).

em determinado momento chegou a ameaçar a vaga da candidata do PT ao segundo turno do pleito⁷. Com todo este sucesso eleitoral, Manuela não teve dificuldades em buscar votos para sua reeleição ao parlamento federal em 2010.

Maria do Rosário, a segunda mais votada com 143.128 votos, iniciou sua carreira também no PCdoB conquistando o primeiro mandato como vereadora de Porto Alegre. Em 1994, durante o mandato, transferiu-se para o PT, no qual permanece até hoje. No PT, foi reeleita vereadora e campeã de votos com mais de 20 mil. Seu mandato foi interrompido para se eleger deputada estadual em 1998, alcançando a segunda maior votação com mais de 77 mil votos. Em 2003, assumiu seu primeiro mandato como deputada federal e, em 2006, foi reeleita, ficando sempre entre os candidatos mais votados. No ano de 2008, concorreu à Prefeitura de Porto Alegre e disputou o segundo turno com o candidato vitorioso José Fogaça (PMDB). Em 2010, foi reeleita como deputada federal, alcançando a segunda maior votação entre as candidatas. Sua destacada atuação legislativa relacionada ao tema dos direitos humanos ensejou o convite da Presidenta Dilma Rousseff para assumir a Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República em 2011.

Manuela D'Avila e Maria do Rosário possuem uma trajetória comum: iniciaram a carreira política no PCdoB, conquistaram por este partido o primeiro mandato que foi de vereadora em Porto Alegre. Com votações crescentes, galgaram postos mais elevados chegando rapidamente à Câmara de Deputados e, devido ao desempenho eleitoral e parlamentar, concorreram nas eleições de 2008 à Prefeitura de Porto Alegre.

A carreira política de Luciana Genro, a exemplo do que ocorreu com Manuela e Maria do Rosário, teve início no movimento estudantil. Foi eleita deputada estadual em 1994, sendo reeleita em 1998 para mais um mandato; em 2002, elegeu-se deputada federal. Devido a sua crítica ao Governo Lula foi expulsa do partido junto com a Senadora Heloísa Helena e o Deputado Babá em dezembro de 2003. Com eles, fundou o PSOL, partido pelo qual concorreu a deputada federal em 2006, tendo sido a deputada mais votada na cidade de Porto Alegre, obtendo 185 mil votos. Em 2008, concorreu à Prefeitura da capital alcançando significativa votação, fortalecendo a legenda do seu partido e consolidando ainda mais sua carreira política, como demonstram os 129.501 votos que recebeu nas eleições de 2010. Os quase 130 mil votos recebidos por Luciana (PSOL) seriam suficientes para garantir sua reeleição, entretanto, tendo em vista o sistema eleitoral vigente no Brasil, ela ficou de fora da Câmara de Deputados em função do baixo desempenho do seu partido⁸.

Como destacado, a trajetória das três deputadas federais candidatas à reeleição não está vinculada a herança familiar, mas a atuação no movimento estudantil e partidário. É preciso ressaltar o caso de Luciana Genro do PSOL, pois é filha de Tarso Genro (PT), eleito governador do estado do RS em 2010, de quem foi correligionária de partido até a expulsão em 2003. Porém, não é possível atribuir seu sucesso eleitoral à herança familiar.

Sem dúvida, a ampla visibilidade propiciada pela disputa à Prefeitura da capital trouxe reflexos para cada uma das três candidatas em termos de importância da candidatura no partido, maior capacidade de arrecadação financeira e significativa votação final⁹.

⁸ No sistema proporcional de lista aberta, é necessário que o partido atinja o quociente eleitoral e assim garanta vaga no Legislativo, bem como os candidatos da lista partidária devem ser bem votados para conquistarem uma cadeira parlamentar. No pleito de 2010 para eleger cada deputado federal, o partido ou coligação necessitaria atingir 261.686 votos. O PSOL, que saiu sozinho na eleição, teve menos de 170 mil votos no Rio Grande do Sul.

⁹ A **biografia das três candidatas** está muito bem descrita no texto de PINTO e MORITZ (2009) que analisa as candidaturas femininas à Prefeitura de Porto Alegre, nas eleições de 2008.

Como no caso das candidaturas com expressiva votação nas eleições proporcionais de 2010, os 16 candidatos homens que alcançaram mais de 100 mil votos possuem, em sua quase totalidade, significativo capital político: 15 possuem longas carreiras políticas.

Ao analisarmos mais detalhadamente os 16 candidatos alguns pontos chamam atenção. O primeiro deles é o alto índice de candidaturas disputando a reeleição: 13 candidatos (81,2%) já eram parlamentares atuando na Câmara Federal e estavam concorrendo à reeleição; entre os três novatos dois deles possuíam sólida carreira política como Deputados Estaduais (Marcon do PT e Giovani Cherini do PDT); apenas Danrlei de Deus (PSD) estava iniciando a carreira política e em sua primeira disputa eleitoral foi o quarto candidato mais votado com 173.787 votos, ficando a frente de parlamentares com longa tradição na política gaúcha, a explicação da sua vitória não está na sua atuação no campo político, mas em outro campo, o campo de futebol.

Outro dado interessante trata-se do longo período de filiação, de fidelidade ao partido político selecionado para o exercício da militância. Apenas dois candidatos trocaram de partido ao longo da carreira: Mendes Ribeiro Filho que iniciou a carreira no PDS em 1982 e três anos depois se filiou ao PMDB onde ainda permanece; Danrlei de Deus que ingressou no PTB em 2007 trocando para o PSD logo após sua posse como deputado federal em 2011. Os demais candidatos se mantiveram fiéis a um único partido ao longo de mais de 15 anos (04) e de 20 anos (11) de atuação política. A trajetória das mulheres difere um pouco se comparada com os homens em relação à filiação partidária: duas delas mudaram de partido ao longo da carreira dos mais de 20 anos de militância partidária, somente Manuela D'Ávila não trocou de partido em curta, porém muito bem sucedida, carreira política.

Destaque também para a militância dos candidatos homens. Apenas um candidato não teve sua biografia marcada pela militância: cinco deles atuaram em movimentos sindicais, classistas ou movimentos sociais; outros seis iniciaram a vida política na militância estudantil, nos

dois casos somam tais militâncias à atuação em partidos políticos; quatro tem a atuação centrada apenas na militância partidária, porém somam outros fatores como herança política familiar e profissão. Assim, torna-se interessante apresentar brevemente a trajetória de cada um dos candidatos.

Beto Albuquerque do PSB é advogado e natural de Passo Fundo, foi o segundo candidato mais votado para o cargo de deputado federal (200.476 votos), ficando atrás apenas de Manuela D'Ávila. Iniciou sua carreira política no movimento estudantil universitário em meados dos anos 1980. Em 1990 foi eleito deputado estadual, reelegendo-se em 1994. Em 1998 chegou à Câmara dos Deputados, sendo reeleito para mais três mandatos. Ao longo da carreira assumiu duas Secretarias de Governo do RS em mandatos do PT: Transportes (1999/2002) e Infraestrutura e Logística (2011/13). Além disso, tornou-se vice-líder do governo federal na Câmara dos Deputados em 2003/6 a convite do presidente Lula. Sua trajetória política tem sido fortemente ligada ao Partido dos Trabalhadores, em função das coligações partidárias e de sua destacada atuação como parlamentar¹⁰.

¹⁰ Fonte: Site da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>).

O PT tem seis candidatos eleitos com votação acima de 100 mil votos. Quatro candidatos apontam o movimento estudantil como início de sua militância. Paulo Pimenta, natural de Santa Maria, jornalista, filiado ao PT desde 1985. Iniciou a militância estudantil ainda no ensino médio, chegando à vice-presidente da União Estadual de Estudantes do RS aos 22 anos. Foi eleito vereador por dois mandatos (1989/96), deputado estadual em 1998 e vice-prefeito de Santa Maria de 1999 a 2000. Em 2003 assume como deputado federal na Câmara de Deputados onde está cumprindo seu 3º mandato.

Henrique Fontana nasceu em Porto Alegre, médico e administrador de empresas, filiado ao PT desde 1984. Entrou para a política quando cursava a faculdade de medicina na UFRGS. Foi eleito vereador da capital em 1992, reeleito em 1996, licenciou-se para assumir a Secretário Municipal da Saúde da capital, na gestão de Raul Pont. Elegeu-se deputado federal em 1998 e foi reconduzido ao cargo em 2002, 2006 e 2010. Em 2005 e

2006 ocupou o posto de líder do PT na Câmara de Deputados e em 2008 e 2009 foi o Líder do governo Lula¹¹.

Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, construiu sua carreira política na Cidade de Caxias do Sul onde cursou medicina na UCS, mas é natural de Nova Petrópolis. Filiou-se ao PT em 1981. Iniciou sua militância política no movimento estudantil, já como médico atuou na área de saúde do trabalhador e em sindicatos. Em 1989 foi eleito vereador,

¹¹ Site da Câmara de Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>) e Site dos Parlamentares do PT http://www.informes.org.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=171:henrique-fontana-rs&catid=48:parlamentares&Itemid=117.

¹² Marco Maia já havia exercido a Presidência da Casa Parlamentar ao assumir a presidência em dezembro de 2010, com a renúncia do deputado Michel Temer.

tornando-se deputado estadual em 1995. No ano de 1996 foi eleito prefeito de Caxias do Sul, sendo reeleito para um segundo mandato. Assumiu a cadeira de deputado federal em 2007, reeleito por mais um mandato.

Fechando a lista dos candidatos do PT que iniciaram a militância política no movimento estudantil encontra-se Ronaldo Zülke que nasceu em Santa Rosa, mas construiu sua vida política em São Leopoldo. Zülke é professor, filiado ao PT desde a criação do partido em 1980. Atuou no movimento estudantil e sindical, sendo eleito vereador de São Leopoldo em 1989. No ano de 1999, elegeu-se deputado

estadual, cargo para o qual recebeu mais dois mandatos. Em 2010, elegeu-se Deputado Federal.

O Partido dos Trabalhadores ainda tem mais dois candidatos que alcançaram mais de 100 mil votos, mas que iniciaram a militância política longe dos bancos escolares. Marco Maia iniciou sua atuação política no movimento sindical metalúrgico, desde jovem filiado ao PT (1985). O candidato é natural de Canoas, é metalúrgico, torneiro mecânico e industriário, tendo sido dirigente do sindicato de Canoas, da federação estadual e da confederação nacional da categoria, além da CUT-RS. Assumiu o mandato de deputado federal em 2005, quando era suplente, e reelegeu-se em 2006 e 2010. Atualmente é Presidente da Câmara de Deputados¹².

Dionilso Marcon iniciou a militância política no sindicato rural, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento de assentados e Pastoral da Juventude. Entre os seis candidatos do PT, Marcon tem o menor tempo de filiação (1995). Nasceu em Rondinha, município berço das primeiras vitórias do MST. Viveu acampado por quatro anos e meio, tendo sido assentado em 1994, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Em 1999 foi eleito deputado estadual, sendo reconduzido ao cargo mais duas vezes. Nas eleições de 2010 disputou o cargo de deputado federal sendo eleito com significativa votação.

O PDT está representado com Giovani Cherini, natural de Soledade, tecnólogo em cooperativismo, filiado ao PDT desde 1988. Foi eleito em 2010 para o primeiro mandato na Câmara de Deputados. Porém, não é novato no campo político eleitoral, já possuía três mandatos como deputado estadual. Sua atuação como parlamentar está vinculada a militância junto a cooperativados e a atuação em defesa das Cooperativas.

O PMDB tem três candidatos entre os campeões de votos. Mendes Ribeiro Filho é porto-alegrense, advogado, filiado ao PMDB desde 1985. Seguiu os passos de seu pai, o também advogado, radialista e político Mendes Ribeiro¹³. Líder estudantil que ingressou na vida pública em 1974 como militante do MDB¹⁴. Porém, foi eleito vereador em Porto Alegre pelo PDS em 1983. No ano de 1985 filiou-se ao PMDB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual, permanecendo no cargo por dois mandatos (1987/95). Assumiu o cargo de deputado federal em 1995, sendo reeleito para mais quatro mandatos. Em 2011, assumiu como Líder do Governo no Congresso e exerce o cargo de Ministro da Agricultura no Governo Dilma Rousseff¹⁵.

¹³ Jorge Alberto Beck Mendes Ribeiro foi vereador em Porto Alegre, em 1963 e 1964; deputado estadual em 1962 e 1963 e deputado federal em duas legislaturas, em 1987-1991 e 1991-1995.

¹⁴ O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido de oposição a ARENA, partido de apoio ao Regime Militar, durante a vigência do bipartidarismo. Com a abertura política o PMDB é um dos partidos que nasce da fragmentação do MDB.

¹⁵ Site da Câmara de Deputados e site pessoal <http://www.mendesribeirofilho.com>.

Os dois outros candidatos do PMDB têm trajetória bastante similar. Osmar Terra nasceu em Porto Alegre, é médico, filiado ao PMDB desde 1986. Iniciou sua carreira política eleitoral como Prefeito de Santa Rosa (1993/6). Assumiu como suplente na Câmara de Deputados em 2001 (mandato 1999/2003) e em 2005 (mandato 2003/7). Foi eleito deputado federal em 2006 e reeleito em 2010. Por vários momentos durante seus mandatos licenciou-se do cargo para exercer o cargo de Secretário de Estado da Saúde do RS. Darcísio Perondi é natural de Ijuí, também é médico. Filiou-se ao PMDB em 1993 e um ano depois foi eleito deputado federal. Foi reeleito para o mesmo cargo mais quatro vezes, incluindo

¹⁶ Site da Câmara de Deputados

¹⁷ O PP (Partido Progressista) tem uma longa lista de mudanças de nome: no fim do sistema bipartidário vigente no Regime Militar a ARENA, partido de apoio ao regime, torna-se PDS (Partido Democrático Social) em 1980; passa a PPR (Partido Progressista Reformador) em 1993, PPB (Partido Progressista Brasileiro) em 1995 e, finalmente PP em 2003. Durante todo o período mantém sua base nos setores conservados do agronegócio ou produtores rurais.

as eleições 2010. Nos dois casos a militância é restrita a atuação partidária e o capital político parece ser resultante da atuação profissional na área da saúde¹⁶.

O PP possui quatro candidatos entre os 16 mais votados. Luis Carlos Heinze é engenheiro agrônomo e produtor rural, natural de Candelária, filiado ao PP desde 1992¹⁷. O início de sua carreira política ocorre em São Borja. A carreira está vinculada a atividade profissional que exerce de planejamento e assistência técnica aos produtores rurais. Sua militância na defesa dos interesses dos produtores rurais e de suas entidades de classe levou ao primeiro cargo: prefeito de São Borja em 1992. Foi eleito deputado federal em 1998 e

reeleito para mais três mandatos.

Vilson Covatti é advogado, natural de Palmitinho, filiado ao PP desde 1982. Em sua biografia não consta militância fora dos quadros partidários, onde possui longa carreira política: vereador em Frederico Westphalen (1982/6); deputado estadual por três mandatos (1999/2007); deputado federal eleito em 2006 e reeleito em 2010. Sua força política na região possibilitou a entrada para o campo político eleitoral de sua esposa Silvana

Covatti (PP) que concorreu à reeleição ao cargo de deputada estadual em 2010, tendo sido a candidata mais votada entre os 55 eleitos.

José Otávio Germano nasceu em Porto Alegre, advogado e professor universitário, filiado ao PP desde 1980. Herdeiro político de seu pai, Otávio Germano¹⁸, iniciou jovem sua bem sucedida carreira: vereador em Cachoeira do Sul (1989/90); deputado estadual por dois mandatos (1991/99); deputado federal a partir de 2003, reeleito por mais dois mandatos. Durante este período por dois momentos exerceu a Secretaria da Justiça e Segurança do RS.

¹⁸ Otávio Germano iniciou a carreira política no PDS (atual PP) como vereador em Porto Alegre em 1954, permanecendo por mais dois mandatos; três mandatos de deputado estadual; vice-governador do RS durante o governo de José Augusto Amaral de Souza (1979/83); deputado federal eleito em 1982.

Renato Molling nasceu em Dois Irmãos, é professor, administrador, industriário, auxiliar de escritório e assessor político, está filiado ao PP desde 1993. Filho de pequenos agricultores, seminarista, formou-se em Filosofia. Sua atuação está ligada a defesa dos setores calçadista e moveleiro. Também não é novo na política: foi prefeito de Sapiranga por dois mandatos (1997-2004); eleito deputado federal em 2006, reeleito em 2010.

O último dos 16 candidatos trata-se de um *outsider*. Danrlei de Deus Hinterholz (PSD), nasceu em Crissiumal, apesar do pouco tempo de filiação já trocou de partido: filiou-se ao PTB em 2007 e em 2011 foi um dos fundadores do novo partido político – PSD – no estado do RS. Possui ampla popularidade obtida no futebol, foi por uma década goleiro do Grêmio (1993-2004) e um dos ídolos da torcida tricolor.

O segundo recurso fundamental numa campanha eleitoral - dinheiro – é um ponto nevrálgico a todos os candidatos, especialmente no caso daqueles que disputam cargos para o Poder Legislativo. De acordo com a legislação eleitoral brasileira, os próprios candidatos são os responsáveis pela arrecadação de recursos para suas campanhas, bem como pela prestação de contas desses gastos ao Judiciário. Àqueles que já são detentores de mandatos, caso da maioria dos candidato/as da amostra em análise, tem mais chances de conseguir apoiadores, enquanto que os novatos enfrentam um desafio a mais que é encontrar financiadores de campanha.

Em relação à variável financiamento de campanha, alguns dados são reveladores: as três candidatas com votação acima de 100 mil votos foram também aquelas com maior despesa de campanha, o que sugere a relação entre recursos financeiros e votos. Entretanto, esta relação não parece ser uma equação tão simples quando olhamos os dados com mais ênfase. As duas candidatas eleitas foram aquelas que mais arrecadaram

¹⁹ Emília Fernandes (PT) foi a quarta candidata mais votada com 49.413 votos. Não foi eleita, apesar da alta arrecadação (R\$ 752.888,10). O valor unitário de seu voto foi elevado - R\$ 15,23 - em comparação às candidatas que ultrapassaram 100 mil votos.

e conseqüentemente que mais gastaram. Porém, alta despesa de campanha não necessariamente resulta em alta votação, o inverso também é verdadeiro: Luciana Genro gastou 25% da despesa da segunda colocada, entretanto sua diferença de votos foi pequena (menos de 14 mil votos)¹⁹.

Tabela 4: Votação Final X Despesas de Campanha = Valor Unitário do Voto – Candidato/as a Deputado Federal/RS com mais de 100 mil Votos

Candidato/as	Total de Votos	Total de Despesas (R\$)	Valor por voto (R\$)
Manuela D'Avila (PCdoB)	482.590	1.048.275,55	2,17
Beto Albuquerque (PSB)	200.476	1.454.060,04	7,25
Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	1.557.728,41	8,63
Darlei de Deus (PTB)	173.787	196.049,43	1,12
Paulo Roberto Pimenta (PT)	153.072	1.061.169,55	6,93
Maria do Rosário (PT)	143.128	861.941,32	6,02
Henrique Fontana (PT)	131.510	1.274.952,04	9,69
Osmar Terra (PMDB)	130.669	674.609,20	5,16
Luciana Genro (PSOL)	129.501	230.354,01	1,77
Vilson Covatti (PP)	125.051	774.258,47	6,19
Marco Maia (PT)	122.134	1.479.549,50	12,11
Pepe Vargas (PT)	120.707	500.513,68	4,14
Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	989.289,00	8,81
Giovani Cherini (PDT)	111.373	835.160,74	7,49
José Otávio Germano (PP)	110.788	2.467.807,76	22,27
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	1.050.725,20	9,57
Renato Molling (PP)	104.175	1.164.139,11	11,17
Dionilso Marcon (PT)	100.553	282.487,45	2,80
Ronaldo Zulke (PT)	100.082	1.359.285,14	13,58

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Considerando os dados referidos, constata-se que as duas candidatas eleitas tiveram um gasto por voto bastante distinto. Manuela D'Ávila foi a maior arrecadadora e com isso teve a campanha mais cara, porém sua expressiva votação baixou o custo do voto individual (R\$ 2,17), ficando atrás apenas de Luciana Genro que gastou menos de R\$ 2,00 por voto. Maria do Rosário foi a segunda mais votada e a segunda em despesas de campanha, apesar de sua significativa votação o valor unitário de seu voto não foi baixo (R\$ 6,02). Assim, os recursos financeiros são importantes para uma campanha bem sucedida, mas não parecem suficientes para a eleição, o capital político e a visibilidade que ele produz parecem potencializar suas chances de vitória: a terceira candidata mais votada, Luciana Genro, que fez mais de 100 mil votos, tem despesas significativas de campanha, mas muito aquém das duas candidatas eleitas. No caso dessas três candidatas é possível supor que o capital político acumulado em mandatos anteriores, particularmente como deputadas federais, somado a presença em campanhas bem construídas na disputa eleitoral à Prefeitura de Porto Alegre, possibilitou maior visibilidade e facilidade na arrecadação de recursos financeiros, tornando-se fatores significativos para o sucesso na votação. A seguir estabeleceremos o comparativo com o grupo dos homens.

Os homens arrecadaram e gastaram muito mais verba durante suas campanhas do que as mulheres. A maioria (9) deles ultrapassou a faixa de R\$ 1 milhão de reais, sendo que o candidato José Otávio Germano gastou mais de R\$ 2 milhões de reais. Além desta faixa, identifica-se outros dois intervalos de gastos: entre R\$ 500 mil até R\$ 1 milhão, e abaixo de R\$ 500 mil. Nesta faixa encontram-se apenas dois nomes e na intermediária estão cinco candidatos. Sendo assim podemos afirmar que a maioria deste grupo de candidatos teve mais de R\$ 500 mil reais para gastar na sua campanha. O que a primeira vista poderia sugerir uma direta relação entre maior arrecadação à maior votação não se configura quando analisamos o gasto unitário por voto, como veremos a seguir.

Os dados apresentados na última coluna da tabela demonstram o valor unitário do voto do grupo masculino. Percebe-se que, em geral, este grupo teve um voto bem mais caro do que as mulheres, cujo extremo atingiu R\$ 6,00, enquanto que entre os homens o mais caro chegou a R\$ 22,27. Ou seja, uma proporção três vezes mais cara entre o valor do voto masculino e do feminino. Mesmo entre os homens encontramos uma grande variação de valores: oscilando quase 20 vezes entre o máximo e o mínimo. Frente ao conjunto de candidatos masculinos chama a atenção os baixos valores do voto de Danrlei (PTB)²⁰ de R\$1,12 e de Marcon (PT) de R\$2,80. Foram os candidatos que menos arrecadaram e que tiveram um baixo custo por voto, mas obtiveram um bom desempenho nas urnas,

²⁰ O deputado Danrlei elegeu-se pelo PTB e foi dos primeiros gaúchos a migrar para o novo partido PSD fundado em 2011.

²¹ A propaganda eleitoral dos deputados federais ocorreu nos seguintes dias: agosto – 18, 20, 23, 25, 27, 30 e setembro – 01, 03, 06, 08, 10, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 27, 29.

²² Inserções das candidatas à Câmara dos Deputados/RS no HGPE: do total de 38 candidatas presentes no HGPE, 21 candidatas (60%) aparecem até 5 vezes; 05 candidatas (14,3%) aparecem até 10 vezes; 02 candidatas (5,7%), aparecem até 15 vezes e 07 candidatas (20%) aparecem até 20 vezes.

propaganda eleitoral. Os candidatos tiveram a possibilidade de até 19 inserções no HGPE dedicado ao Legislativo Federal²¹. Do total de 63 candidatas mulheres apenas 38 tiveram acesso ao horário eleitoral²². Das sete candidatas que mais aparecem no HGPE (entre 16 e 20 inserções) encontram-se as 03 candidatas que alcançaram mais de 100 mil votos.

sendo que Danrlei ficou com a terceira maior votação. Como já foi visto na sua trajetória, mesmo sendo um estreante na política, seu sucesso eleitoral está diretamente relacionado ao seu passado de jogador de futebol. A visibilidade adquirida neste período ajudou-o na conquista dos votos, colaborando para que a relação custo x benefício fosse baixa. À exemplo do que constatamos para as mulheres, o mesmo é válido para o grupo masculino: dispor de verba para realizar uma campanha não é suficiente para uma eleição bem sucedida.

O terceiro recurso que contribui para o sucesso de uma campanha eleitoral é a visibilidade. Um dos espaços de visibilidade dos candidatos é o horário gratuito de

Tabela 5. Votação Final X N° Inserções e Tempo no HGPE – Candidato/as a Deputado Federal/RS com mais de 100 mil votos

Candidatas	Total de Votos	N° Inserções e Tempo no HGPE
Manuela D’Avila (PCdoB) – E	482.590	19 (6m25s)
Beto Albuquerque (PSB)	200.476	17 (5m30s)
Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	03 (1m24s)
Darlei de Deus (PTB)	173.787	11 (1m51s)
Paulo Roberto Pimenta (PT)	153.072	17 (1m15s)
Maria do Rosário (PT) – E	143.128	20 (2m37s)
Henrique Fontana (PT)	131.510	17 (1m20s)
Osmar Terra (PMDB)	130.669	09 (3m)
Luciana Genro (PSOL) – NE	129.501	17 (7m20s)
Vilson Covatti (PP)	125.051	03 (1m36s)
Marco Maia (PT)	122.134	17 (1m11s)
Pepe Vargas (PT)	120.707	17 (1m19s)
Darcísio Perondi (PMDB)	112.214	11 (3m40s)
Giovani Cherini (PDT)	111.373	10 (1m32s)
José Otávio Germano (PP)	110.788	04 (2m08s)
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	109.775	10 (3m38s)
Renato Molling (PP)	104.175	02 (56s)
Dionilso Marcon (PT)	100.553	17 (1m12s)
Ronaldo Zulke (PT)	100.082	17 (1m21s)

Fonte: TSE (www.tse.gov.br) e HGPE

O primeiro dado que se destaca é que as candidatas lideram o número de inserções no HPGE. Embora a candidata Maria do Rosário (PT) ultrapasse o número de inserções para candidatos à deputação federal, o tempo de exposição é significativamente menor do que o tempo disponibilizado para as duas outras candidatas por seus partidos: Manuela D’Avila (PCdoB) e Luciana Genro (PSOL), o que sugere a importância destas duas candidaturas para os respectivos partidos políticos.

Entre os candidatos homens, mais de 50% tiveram 17 inserções no HGPE. Porém esse número não corresponde a maior tempo de exposição, nem a maior número de votos.

Interessante realçar o número de inserções e o tempo de três candidatos: Beto Albuquerque (PSB), Manuela D’Avila (PCdoB) e Luciana Genro (PSOL) não pertencem aos partidos dominantes em termos de votação no RS. Representam partidos pequenos que centram muito da propaganda eleitoral gratuita em alguns candidatos “puxadores de voto” que possibilitam inclusive a entrada de outros candidatos da sigla, ou não. Destaque para os candidatos do PT que recebem um tempo similar do partido, diferente de Maria do Rosário, dando a entender que às candidaturas femininas é disponibilizado um tempo maior no HGPE²³. Apesar de ter somente dois candidatos entre os 16

²³ Dentre as seis candidatas mais votadas (acima de 10 mil votos) três são do PT: Emília Fernandes (49.413 votos) teve 18 inserções e tempo de 1m59s; Dra Suzana (20.025 votos) teve 20 inserções distribuídas em 2m10s). Os dados demonstram a busca de equilíbrio na distribuição do tempo no PT.

mais votados, o PMDB distribui de forma homogênea o tempo entre ambos. Já o PP não parece ter a preocupação em equilibrar o tempo de exposição de seus candidatos.

Os dados não permitem afirmar que a maior presença no HGPE equivale a uma maior votação, da mesma forma como constatado em relação a arrecadação de recursos. No caso das três candidatas que alcançaram acima de 100 mil votos é possível supor que o capital político acumulado em mandatos anteriores, particularmente como deputadas federais, somado a presença em campanhas bem construídas na disputa eleitoral à Prefeitura de Porto Alegre possibilitou maior visibilidade e facilidade na arrecadação de recursos financeiros, tornando-se fatores significativos para o sucesso na votação. O mesmo pode ser dito em relação aos candidatos do sexo masculino. O capital político, fruto de longas carreiras políticas, parece mais determinante para o sucesso (com exceção do *outsider*).

NOTAS CONCLUSIVAS

É consenso afirmar que, apesar da ampliação da participação feminina nas várias esferas da sociedade, o campo da política ainda é

um reduto predominantemente masculino, no qual as mulheres têm uma tímida presença. Este fenômeno não se restringe só ao Brasil, visto que, também, é identificado em outros países da América Latina - isso para ficarmos em nosso continente. Os dados apresentados demonstram que a presença das mulheres nas instâncias decisórias tem avançado muito lentamente, mesmo tendo sido adotadas medidas com a finalidade de reverter essa situação tão desproporcional. A política de cotas introduzida no Brasil desde 1995 por si só não tem sido suficiente para solucionar a histórica desigualdade de poder entre homens e mulheres e não tem conseguido reverter – sozinha - a estrutura arcaica e excludente.

O resultado das eleições gerais de 2010 no Rio Grande do Sul mostrou que as mulheres continuam com as mesmas dificuldades de se elegerem para os cargos legislativos, apesar da lei de cotas. Passados 15 anos desde sua adoção, a grande maioria dos partidos não consegue cumprir a cota mínima dos 30% e nem as alterações introduzidas pela nova lei. Isto faz com que as mulheres enfrentem um conjunto maior de dificuldades quando se lançam à corrida eleitoral.

Outro ponto a ser observado diz respeito àqueles/as que conseguem se eleger. A pouca renovação é uma marca tanto para os eleitos quanto para as eleitas no grupo de 19 candidatos analisados. Ambos os gêneros são oriundos de carreiras políticas muito tradicionais que, na maioria das vezes, começaram na esfera local – vereança ou prefeitura – e possuem uma longa trajetória de militância (sindical ou estudantil ou partidária). Portanto, os homens e mulheres que se elegem com expressiva votação são profissionais da política, com carreiras bem estruturadas e experiências anteriores. Esta condição é tão importante que parece ser mais definidora da vitória do que o montante dos recursos financeiros e a visibilidade no HGPE, durante o período de campanha eleitoral. Entre os 19 postulantes analisados, apenas um foge a este perfil e pode ser considerado *outsider*, figura com popularidade momentânea e com origem fora do campo da política.

Os dados corroboram nossas hipóteses, pois as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero. Além disso, as candidatas à deputação federal que alcançaram expressiva votação (mais de 100 mil votos) possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, M.L. Mulheres Brasileiras em Tempos de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, n° 4, p. 895-940, 2008.

ALVES, B. M.. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José E.; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM, 2012.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n° 1, p 231- 252, 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, 24, jun., pp. 193-215, 2005.

_____. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*. UFSC: Florianópolis, p. 207-223, 2006.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 2. Brasília, pp. 23-59, julho-dezembro/2009^a.

_____. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil, In: *Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais – CIEC*, Rio de Janeiro, 2009.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer., 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Site <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 12 abr. 2011.

CLIC RBS. Site www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes. Acesso em 10 abr. 2011.

CLIC RBS. Site <http://wp.clicrbs.com.br/livramento/2010/10/03/emilia-fernandes-e-a-deputada-federal-mais-votada-em-livramento/>. Acesso 12 mar de 2011.

HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL (HGPE). Propaganda veiculada na televisão no período de 17 de agosto a 30 de setembro no horário noturno, gravada e degravada.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Edit. UnB, 2001.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N. HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.

GODINHO, T. (org.). *Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *RBCS*, Vol. 15 n. 44, p. 91-102, outubro/2000.

_____. 2001. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 1, p. 253-267, 2001.

MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3), p. 653-679, setembro-dezembro, 2010.

NICOLAU, J. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, G. A. D. e RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma Política – lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, J. e POWER, T. (orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun., 2010.

PINTO, C. e MORITZ, M. L. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 61-87, julho-dezembro, 2009.

TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TELLES, M. A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS). Site <http://www.tre.gov.br>. Acesso em 12 mar. 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Site <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 15 mar. 2011.

TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres – um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ANEXOS

Anexo 1: Distribuição Idade x Gênero

Faixa Etária	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
25 a 34 anos	0	-	1	33,3%
35 a 44 anos	2	12,5%	2	66,7%
45 a 59 anos	11	68,8%	-	-
60 a 69 anos	3	18,7%	-	-
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Anexo 2: Distribuição Escolaridade x Gênero

Escolaridade	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Ens. Fundamental Incompleto	1	6,2%	-	-
Ens. Médio Incompleto	1	6,2%	-	-
Ens. Superior Incompleto	1	6,2%	1	33,3%
Ens. Superior Completo	13	81,4%	2	66,7%
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)

Anexo 3: Distribuição Profissão x Gênero

Profissão	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Advogado(a)	4	25%	0	-
Médico(a)	4	25%	0	-
Professor(a)	3	18,7%	2	66,7%
Profissionais liberais	3	18,7%	1	33,3%
Outras profissões	2	12,6%	0	-
Total	16	100%	3	100%

Fonte: Site Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>)